

Resultados de 2018

Santa Maria Participações S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2018**

Rua Aurélio Gatti, 22
Esplanada - Colatina/ES
CEP: 29702-642
Tel: (27) 2101-2323

Resultados de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Balanço patrimonial	4 – 5
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 – 30
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	31 – 34

Resultados de 2018

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

A Administração da Santa Maria Participações S/A (“Santa Maria Participações” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais e as adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço patrimonial - Ativo

Santa Maria Participações S/A

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante			Reapresentado		Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.010	2.955	8.123	6.746
Tributos a recuperar	6	1.226	2.200	1.659	2.651
Dividendos a receber	7	2.404	2.554	2.560	2.543
Empréstimos a receber	8	3.955	-	3.955	-
Despesas pagas antecipadamente		1	2	1	2
Outros ativos circulantes		68	164	69	165
Total do circulante		10.664	7.875	16.367	12.107
Não circulante					
Empréstimos a receber	8	1.050	500	1.050	500
Investimentos	9	78.646	74.040	70.249	66.734
Imobilizado	10	434	453	3.148	3.540
Depósitos judiciais		9	9	9	9
Total do não circulante		80.139	75.002	74.456	70.783
Total do ativo		90.803	82.877	90.823	82.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço patrimonial - Passivo

Santa Maria Participações S/A

 Balanço patrimonial
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante			Reapresentado		Reapresentado
Fornecedores		18	79	21	80
Tributos	11	45	42	48	44
Empréstimos e financiamentos	12	20	20	20	20
Dividendos propostos e JCP	14.4	5.412	4.851	5.412	4.851
Obrigações sociais e trabalhistas	13	297	233	311	243
Total do circulante		5.792	5.225	5.812	5.238
Não circulante					
Tributos	11	3.218	-	3.218	-
Empréstimos e financiamentos	12	63	83	63	83
Total do não circulante		3.281	83	3.281	83
Patrimônio líquido	14				
Capital social	14.1	58.000	58.000	58.000	58.000
Reservas de lucro	14.3	23.730	19.569	23.730	19.569
Total do patrimônio líquido		81.730	77.569	81.730	77.569
Total do passivo e patrimônio líquido		90.803	82.877	90.823	82.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração do resultado

Santa Maria Participações S/A

 Demonstração do resultado
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	15	13.869	4.368	13.869	4.368
Custos operacionais	16	(3.247)	(3.208)	(3.247)	(3.208)
Lucro bruto		10.622	1.160	10.622	1.160
Despesas gerais e administrativas	16	(481)	(316)	(1.331)	(480)
Lucro operacional		10.141	844	9.291	680
Resultado financeiro	17	952	510	1.332	873
Receitas financeiras		959	517	1.340	881
Despesas financeiras		(7)	(7)	(8)	(8)
Lucro antes da equivalência patrimonial		11.093	1.354	10.623	1.553
Resultado de equivalência patrimonial		9.700	10.755	10.240	10.603
Lucro antes dos impostos		20.793	12.109	20.863	12.156
Impostos		(3.218)	-	(3.288)	(47)
Imposto de renda - Corrente		-	-	(44)	(29)
Contribuição social - Corrente		-	-	(26)	(18)
Imposto de renda - Diferido	11.1	(2.366)	-	(2.366)	-
Contribuição social - Diferido	11.1	(852)	-	(852)	-
Lucro líquido do exercício		17.575	12.109	17.575	12.109
Lucro por ação	14.2	3,62	2,49		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Santa Maria Participações S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total	
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	58.000	456	-	6.085	7.306	-	71.847
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.109	12.109
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	-	-	605	-	(605)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	5.117	(5.117)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(6.387)	(6.387)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	58.000	456	-	6.690	12.423	-	77.569
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.575	17.575
Ajustes em controladas	-	-	-	-	-	236	236
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	-	-	567	-	(567)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	6.247	-	-	(6.247)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	5.294	(5.294)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(7.947)	(5.703)	(13.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	58.000	456	6.247	7.257	9.770	-	81.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos fluxos de caixa

Santa Maria Participações S/A

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa da atividade operacional				
Recebimentos de clientes	3.229	3.884	3.229	3.884
Rendimentos de aplicações financeiras	276	497	580	861
Arrendamentos e aluguéis	1.119	1.107	1.119	1.107
Outros recebimentos (pagamentos)	1.599	(106)	1.660	(121)
Fornecedores	(1.291)	(1.756)	(1.366)	(1.870)
Salários e encargos sociais	(1.612)	(1.822)	(1.692)	(1.922)
Impostos e contribuições	(920)	(986)	(1.008)	(1.043)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	2.400	818	2.522	896
Fluxo de caixa da atividade de investimento				
Aplicações em bens e direitos	(650)	(1.239)	(913)	(1.497)
Investimentos em controladas	(1.000)	-	-	-
Recursos líquidos provenientes da atividade de investimento	(1.650)	(1.239)	(913)	(1.497)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento				
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(12.798)	(6.728)	(12.798)	(6.728)
Empréstimos e financiamentos	(4.430)	(500)	(4.430)	(500)
Recebimentos de dividendos	16.554	2.814	17.017	2.749
Serviço da dívida (principal e encargos)	(21)	(23)	(21)	(23)
Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	(695)	(4.437)	(232)	(4.502)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	55	(4.858)	1.377	(5.103)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.955	7.813	6.746	11.849
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.010	2.955	8.123	6.746
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	55	(4.858)	1.377	(5.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Santa Maria Participações S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Santa Maria Participações S/A (“Santa Maria Participações” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia é a participação em outras sociedades.

A Companhia foi constituída em decorrência de uma operação de cisão parcial da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A, determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do Ofício Circular nº 1.213/2004-SFF/ANEEL, de 20 de julho de 2004, em cumprimento ao disposto no artigo 8º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que incluiu o § 5º no art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, estabelecendo a necessidade de segregação das atividades atinentes às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica.

2. Entidades controladas

Controladas relevantes	Nota	País	Participação acionária	
			2018	2017
Diretas				
Santa Maria Energética S/A (a)	9	Brasil	100%	100%
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (b)	9	Brasil	99%	-
Indireta				
Hidrelétrica Cachoeirão S/A (a)	9	Brasil	51%	51%

(a) A Santa Maria Energética S/A é subsidiária integral da Santa Maria Participações, razão pela qual a Companhia consolida essa entidade. Por sua vez, a Santa Maria Energética S/A possui investimentos na controlada indireta Hidrelétrica Cachoeirão S/A, cujo controle é compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S/A. Em conformidade com a NBC TG 19 – Negócios em conjunto, a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras os investimentos em empresas controladas em conjunto avaliados pelo método da equivalência patrimonial e não mais pela consolidação proporcional, mesmo nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) A Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. é controlada da Santa Maria Participações, razão pela qual a Companhia consolida essa entidade.

Resultados de 2018

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 01 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18.1.

Resultados de 2018

3.4 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.5 Reapresentação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações no balanço patrimonial e demonstração do resultado relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente aprovados em 02 de março de 2018. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício. Tais reclassificações podem ser resumidas como segue:

Balanço patrimonial	Controladora			Consolidado		
	2017			2017		
	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Ativo circulante						
Ativos circulantes não impactados	7.709	-	7.709	11.940	-	11.940
Despesas pagas antecipadamente	-	2	2	-	2	2
Outros ativos circulantes	199	(35)	164	200	(35)	165
Total do ativo circulante	7.908	(33)	7.875	12.140	(33)	12.107
Ativo não circulante						
Ativos não circulantes não impactados	953	-	953	4.040	-	4.040
Investimentos	74.016	24	74.040	66.710	24	66.734
Depósitos judiciais	-	9	9	-	9	9
Total do ativo não circulante	74.969	33	75.002	70.750	33	70.783
Total do ativo	82.877	-	82.877	82.890	-	82.890
Passivo circulante						
Passivos circulantes não impactados	4.950	-	4.950	4.951	-	4.951
Tributos a pagar	69	(27)	42	72	(28)	44
Obrigações sociais e trabalhistas	-	233	233	-	243	243
Outros passivos circulantes	206	(206)	-	215	(215)	-
Total do passivo circulante	5.225	-	5.225	5.238	-	5.238
Passivo não circulante						
Passivos não circulantes não impactados	83	-	83	83	-	83
Total do passivo não circulante	83	-	83	83	-	83
Total do patrimônio líquido	77.569	-	77.569	77.569	-	77.569
Total do passivo e patrimônio líquido	82.877	-	82.877	82.890	-	82.890

Resultados de 2018

Demonstração do resultado do exercício	Controladora			Consolidado		
	2017			2017		
	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Receita operacional líquida	4.365	3	4.368	4.365	3	4.368
Custos operacionais	-	(3.208)	(3.208)	-	(3.208)	(3.208)
Despesas operacionais	(3.521)	3.521	-	(3.685)	3.685	-
Despesas gerais e administrativas	-	(316)	(316)	-	(480)	(480)
Resultado financeiro	510	-	510	873	-	873
Resultado de equivalência patrimonial	10.755	-	10.755	10.603	-	10.603
Impostos	-	-	-	(47)	-	(47)
Lucro líquido do exercício	12.109	-	12.109	12.109	-	12.109

4. Sumário das principais práticas contábeis

4.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

a) Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e quaisquer outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Resultados de 2018

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Resultados de 2018

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- Compensação de saldos (“*offsetting*”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”)

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

c) Investimentos

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e controladas em conjunto, nos quais a Administração tenha influência significativa.

A Companhia também mantém imóveis para fins de locação com o objetivo de obter renda. Esses investimentos são classificados como propriedade para investimento e são avaliados pelo valor justo.

d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal

Resultados de 2018

indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

f) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

- Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando aplicável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

Resultados de 2018

i) Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados.

As receitas financeiras compreendem, predominantemente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras. As demais receitas reconhecidas no resultado são decorrentes da avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e pelo valor justo.

4.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

a) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas.

- Classificação e Mensuração – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). As categorias existentes no CPC 38/IAS 39 são eliminadas pela nova norma.

Os novos requerimentos de classificação não produziram efeitos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado a seguir, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis.

Ativos e Passivos Financeiros	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9
Ativos Financeiros (Circulante/Não Circulante)		
Caixas e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	Custo amortizado
Aplicações financeiras de curto prazo	VJR	VJR
Empréstimos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros (Circulante/Não Circulante)		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado

b) Outras alterações

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao IFRS 15 Receita de contratos com clientes;
- Alterações ao IFRS 4 para adequação à aplicação da IFRS 9;

Resultados de 2018

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21/IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

4.3 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a) IFRS 16/CPC 06 Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Os novos requerimentos exigidos pela norma não trarão impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b) ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Os impactos da adoção dessa nova norma ainda estão sendo avaliados pela Companhia.

c) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017;
- CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária;
- CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria;

Resultados de 2018

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa;
- IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures;
- IFRS 10 – Demonstrações consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas: Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Composição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e depósitos bancários à vista	39	32	60	48
Aplicações financeiras de curto prazo	2.971	2.923	8.063	6.698
Total	3.010	2.955	8.123	6.746

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Tributos a recuperar

Composição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldos negativos de IRPJ e CSLL	1.226	2.200	1.659	2.651
Total	1.226	2.200	1.659	2.651

O detalhamento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social da controladora é apresentado a seguir:

Composição	Controladora	
	2018	2017
Exercício 2011 (a)	-	621
Exercício 2014 (b)	-	536
Exercício 2015 (c)	370	370
Exercício 2016 (d)	411	411
Exercício 2017 (e)	262	262
Exercício 2018	183	-
Total	1.226	2.200

- (a) Valor objeto de pedido de restituição nos termos do PER/DCOMP nº 19957.23325.040414.1.2.02-3801, transmitido em 4 de abril de 2014 à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Companhia recebeu em 22 de janeiro de 2018 o montante de R\$ 1.011, sendo R\$ 390 referente a atualização pela SELIC.
- (b) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 27004.79254.011015.1.2.02-6532 e 38678.37341.011015.1.2.03-1498, transmitidos em 01 de outubro de 2015 à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Companhia recebeu em 22 de janeiro de 2018 o montante de R\$ 731, sendo R\$ 195 referente a atualização pela SELIC.
- (c) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 04676.47607.270716.1.2.02-3521 e 34714.97887.270716.1.2.03-7904, transmitidos em 27 de julho de 2016 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- (d) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 28621.26207.281217.1.2.03-9051 e 06531.59960.281217.1.2.02-0235, transmitidos em 28 de dezembro de 2017 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- (e) Valor objeto de pedido de restituição nos termos dos PER/DCOMP nº 23083.68333.031018.1.2.02-5702 e 40794.06302.031018.1.2.03-6034, transmitidos em 03 de outubro de 2018 à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7. Dividendos a receber

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, refere-se ao reconhecimento do direito aos dividendos mínimos obrigatórios registrado na subsidiária integral Santa Maria Energética S/A, a saber:

Composição	Controladora	
	2018	2017
Santa Maria Energética S/A		
Lucro líquido do exercício	9.702	10.755
Constituição de reserva legal (5%)	(88)	(538)
Base de cálculo dos dividendos	9.614	10.217
Dividendos propostos (25%)	2.404	2.554
Participação (100%)	2.404	2.554
Equivalência patrimonial (100%)	9.702	10.755

Nas demonstrações financeiras consolidadas, refere-se ao reconhecimento do direito aos dividendos mínimos obrigatórios registrado na controlada indireta Hidrelétrica Cachoeirão S/A, a saber:

Composição	Consolidado	
	2018	2017
Hidrelétrica Cachoeirão S/A		
Lucro líquido do exercício	20.079	20.791
Constituição de reserva legal (5%)	-	(841)
Base de cálculo dos dividendos	20.079	19.950
Dividendos propostos (25%)	5.020	4.988
Participação (51%)	2.560	2.543
Equivalência patrimonial (51%)	10.240	10.603

8. Empréstimos a receber

Os saldos no circulante e não circulante de empréstimos a receber referem-se a contratos de mútuo firmados com partes relacionadas e possuem a seguinte composição:

Partes relacionadas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	1.050	500	1.050	500
Empresa Luz e Força Santa Maria S/A	3.955	-	3.955	-
Total	5.005	500	5.005	500

9. Investimentos

Composição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Santa Maria Energética S/A (a)	58.620	65.085	-	-
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (b)	998	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão S/A	-	-	51.221	57.779
Propriedade para investimento (c)	18.604	8.530	18.604	8.530
Outros investimentos (d)	424	425	424	425
Total	78.646	74.040	70.249	66.734

- (a) A Santa Maria Energética S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. Atualmente em fase pré-operacional, sua área de atuação e principal atividade operacional é a geração de energia elétrica. A Santa Maria Energética foi constituída inicialmente como subsidiária integral da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A, que, por meio da Resolução nº 282, de 26 de julho de 2000, detinha autorização da ANEEL para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante o aproveitamento do potencial hidráulico denominado PCH Cachoeirão, localizado no Rio Manhuaçu, Municípios de Pocrane e Alvarenga, Estado de Minas Gerais. Posteriormente, por meio da Resolução nº 557, de 15 de outubro de 2002, a ANEEL autorizou a transferência da referida autorização para a Santa Maria Energética. Com a edição da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que em seu art. 8º incluiu o § 5º no art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, ficou estabelecida a necessidade de segregação das atividades atinentes às pessoas jurídicas concessionárias,

Resultados de 2018

permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica. Dessa forma, e em atendimento ao Ofício Circular nº 1.213/2004-SFF/ANEEL, de 20 de julho de 2004, a Empresa Luz e Força Santa Maria S/A realizou uma operação de cisão parcial transferindo os investimentos na Santa Maria Energética para a nova sociedade criada denominada Santa Maria Participações S/A. Em 18 de janeiro de 2007 a Santa Maria Energética e a Cemig Geração e Transmissão S/A firmaram parceria para constituição da Hidrelétrica Cachoeirão S/A, com o objetivo de viabilizar a execução do empreendimento. Adicionalmente, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 908, de 8 de maio de 2007, a autorização para implantar e explorar a PCH Cachoeirão foi transferida da Santa Maria Energética para a Hidrelétrica Cachoeirão S/A.

- (b) A Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. é uma sociedade empresária limitada, de direito privado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil, tendo sido constituída no dia 14 de novembro de 2018 com o seguinte objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação; e (ii) a prestação de serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial, incluindo a gestão de empreendimentos relacionados à energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Santa Maria Comercialização se manteve em fase pré-operacional, aguardando as autorizações dos órgãos reguladores e fiscalizadores para iniciar suas operações, previstas para abril de 2019.
- (c) Refere-se a imóveis mantidos para fins de locação com o objetivo de obter renda. Esses investimentos são classificados como propriedade para investimento e são avaliados pelo valor justo, conforme IAS 40/CPC 28. O incremento observado em 2018 se deve, principalmente, ao reconhecimento da avaliação a valor justo com base em laudo técnico emitido por avaliador independente.
- (d) Os demais investimentos referem-se, basicamente, a outras participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição.

10. Imobilizado

Composição	Controladora			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido em 2018	Valor líquido em 2017
Máquinas e equipamentos	694	(328)	366	318
Móveis e utensílios	3	(2)	1	2
Veículos	900	(833)	67	133
Total do imobilizado	1.597	(1.163)	434	453

Composição	Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido em 2018	Valor líquido em 2017
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	697	(329)	368	320
Móveis e utensílios	4	(2)	2	3
Veículos	900	(833)	67	133
Subtotal	1.601	(1.164)	437	456
Imobilizado em curso				
Terrenos	196	-	196	196
Estudos e projetos	2.515	-	2.515	2.237
Pessoal, material e outros	-	-	-	651
Subtotal	2.711	-	2.711	3.084
Total do imobilizado	4.312	(1.164)	3.148	3.540

Resultados de 2018

Os saldos do imobilizado apresentaram a seguinte movimentação:

Composição					Controladora
	Valor líquido em 2017	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2018
Máquinas e equipamentos	318	108	(60)	-	366
Móveis e utensílios	2	-	(1)	-	1
Veículos	133	-	(66)	-	67
Total do imobilizado	453	108	(127)	-	434

Composição					Consolidado
	Valor líquido em 2017	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2018
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	320	108	(60)	-	368
Móveis e utensílios	3	-	(1)	-	2
Veículos	133	-	(66)	-	67
Subtotal	456	108	(127)	-	437
Imobilizado em curso					
Terrenos	196	-	-	-	196
Estudos e projetos	2.237	278	-	-	2.515
Pessoal, material e outros	651	94	-	(745)	-
Subtotal	3.084	372	-	(745)	2.711
Total do imobilizado	3.540	480	(127)	(745)	3.148

11. Tributos

Composição	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	2.366	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	852	-
Programa de integração social - PIS	6	5	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	25	23	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	14	14	-	-
Total	45	42	3.218	-

Composição	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1	-	2.366	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1	-	852	-
Programa de integração social - PIS	6	5	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	26	25	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	14	14	-	-
Total	48	44	3.218	-

11.1 Impostos diferidos

O saldo não circulante de IRPJ e CSLL refere-se ao diferimento dos tributos apurados sobre as receitas relativas aos ganhos com a avaliação a valor justo dos imóveis mantidos para locação com o objetivo de obter renda e classificados como propriedade para investimento conforme IAS 40/CPC 28.

As diferenças temporárias são apresentadas como segue:

Passivo	2018
Diferenças temporárias	
Imposto de renda	2.366
Contribuição social	852
Total líquido - passivo não circulante	3.218

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Passivo	2018	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Valor justo de propriedade para investimento	9.465	3.218
Total	9.465	3.218

12. Empréstimos e financiamentos

Composição	Taxa	2018		2017	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional					
Banco do Brasil S/A (a)	2,50% a.a.	6	19	6	25
Banco do Brasil S/A (b)	2,50% a.a.	14	44	14	58
Total		20	63	20	83

- (a) Contrato de Abertura de Crédito Fixo com repasse do Banco do Brasil S/A, utilizado na aquisição de 1 (um) guindaste veicular, modelo PHD 12005.
- (b) Contrato de Abertura de Crédito Fixo com repasse do Banco do Brasil S/A, utilizado na aquisição de 1 (um) caminhão da Marca Iveco Tector 170E22, ano/mod. 2012/2013.

Resultados de 2018

Em 31 de dezembro de 2018 os saldos das parcelas relativas ao principal dos financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Ano	R\$ mil
2020	20
2021	21
2022	21
2023	1
Total	63

13. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Folha de pagamento líquida	42	-	46	-
Previdência privada	11	-	11	-
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)	210	198	217	205
Consignações em favor de terceiros	10	6	10	6
Seguros	2	2	2	2
INSS	7	13	9	15
FGTS	15	14	16	15
Total	297	233	311	243

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie/classe	2018		2017	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	3.226.007	38.532	3.226.007	38.532
Preferenciais	1.629.949	19.468	1.629.949	19.468
	4.855.956	58.000	4.855.956	58.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		16,83		15,97

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

Resultados de 2018

14.2 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número de ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	17.575	12.109
Número de ações em poder dos acionistas	<u>4.856</u>	<u>4.856</u>
Lucro por ação (R\$)	<u>3,62</u>	<u>2,49</u>

14.3 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

<u>Composição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva de incentivos fiscais	456	456
Reserva de lucros a realizar (a)	6.247	-
Reserva legal (b)	7.257	6.690
Reserva de retenção de lucros (c)	<u>9.770</u>	<u>12.423</u>
Total	<u>23.730</u>	<u>19.569</u>

- (a) Reserva de lucros a realizar: é formada pelas receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação a valor justo de propriedade para investimento, líquida dos impostos incidentes sobre ela (nota explicativa nº 11.1);
- (b) Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu o valor de R\$ 567 (R\$ 605 em 2017);
- (c) Reserva de retenção de lucros: constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2018, do lucro líquido do exercício, R\$ 5.294 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R\$ 5.117 em 2017).

14.4 Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Resultados de 2018

Composição	2018	2017
Lucro líquido do exercício	17.575	12.109
Constituição de reserva de lucros a realizar	(6.247)	-
Constituição de reserva legal	(567)	(605)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(1.941)	(2.605)
Base de cálculo dos dividendos	8.820	8.899
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	2.205	2.225
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	1.557	1.557
Total dos dividendos propostos	3.762	3.782
Reversão dos juros sobre o capital próprio	1.941	2.605
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	5.703	6.387

A movimentação e respectivos saldos das contas de dividendos propostos e juros sobre o capital próprio no exercício 2018 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.782	1.069	4.851
(+) Crédito de dividendos complementares	7.947	-	12.798
(+) Crédito de JCP	-	1.941	14.739
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(291)	14.448
(-) Pagamento de dividendos	(11.729)	-	2.719
(-) Pagamento de JCP	-	(1.069)	1.650
(+) Crédito de dividendos mínimos obrigatórios	3.762	-	5.412
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.762	1.650	5.412

15. Receita operacional líquida

	R\$ mil	
Receita operacional líquida	2018	2017
Receita operacional bruta		
Receita da prestação de serviços	3.919	3.884
Arrendamentos e aluguéis	1.119	1.109
Valor justo de propriedade para investimento	9.465	-
Total da receita operacional bruta	14.503	4.993
(-) Tributos sobre a receita		
PIS	(83)	(83)
COFINS	(383)	(379)
ISSQN	(168)	(163)
Total dos tributos sobre a receita	(634)	(625)
Receita operacional líquida	13.869	4.368

16. Custos e despesas operacionais

Natureza de gastos	Custos Operacionais	Despesas Gerais e Administrativas		2018	2017
Pessoal	2.556	-	-	2.556	2.303
Materiais	366	-	-	366	353
Serviços de terceiros	138	157	-	295	425
Depreciação	127	-	-	127	165
Seguros	7	-	-	7	7
Tributos	53	-	-	53	30
Arrendamento e alugueis	-	27	-	27	30
Vigilância e segurança	-	33	-	33	27
Outros gastos	-	264	-	264	184
Total	3.247	481	481	3.728	3.524

17. Resultado financeiro

Composição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	277	497	580	861
Rendimentos s/operações de mútuo	96	-	96	-
Outras receitas financeiras	586	20	664	20
Total das receitas financeiras	959	517	1.340	881
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(2)	(3)	(2)	(3)
Tarifas bancárias	(4)	-	(4)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(4)	(2)	(5)
Total das despesas financeiras	(7)	(7)	(8)	(8)
Resultado financeiro	952	510	1.332	873

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Considerações gerais

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

(b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos e desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 2.971 (R\$ 2.923 em 2017).

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

18.1 Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Resultados de 2018

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- (i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;
- (ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e
- (iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível	Valor contábil		Valor justo	
		2018	2017	2018	2017
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)		8.015	3.455	8.015	3.455
Custo Amortizado		5.044	532	5.044	532
Caixa e depósitos bancários à vista	2	39	32	39	32
Empréstimos a receber	2	5.005	500	5.005	500
Valor justo por meio do resultado		2.971	2.923	2.971	2.923
Aplicações financeiras de curto prazo	2	2.971	2.923	2.971	2.923
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)		101	182	101	182
Custo amortizado		101	182	101	182
Fornecedores	2	18	79	18	79
Empréstimos e financiamentos	2	83	103	83	103

19. Saldo e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
			2018	2017	2018	2017	
Empresa Luz e Força Santa Maria S/A	Locação de imóveis	(a)	-	-	1.111	1.104	2020
Empresa Luz e Força Santa Maria S/A	Prestação de serviços	(b)	-	-	3.920	3.884	2020
Empresa Luz e Força Santa Maria S/A	Mútuo	(c)	3.955	-	96	-	2019
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Mútuo	(d)	1.050	500	-	-	2020/2021
Total			5.005	500	5.127	4.988	

- (a) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A, anteriormente submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.

Resultados de 2018

- (b) Contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reavisos, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.
- (c) Contrato de mútuo pecuniário por meio de conta corrente, na modalidade de crédito rotativo, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.
- (d) Contratos de mútuo com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic.

Remuneração dos Administradores

Os membros da Diretoria da Companhia não são remunerados, conforme estabelecido em AGO realizada em 25 de abril de 2018.

20. Cobertura de seguros – Não auditado

É política da Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros, detendo cobertura segurada compartilhada com as demais empresas do grupo.

* * *

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores
SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S.A
Colatina, ES.

Av. N^a S^a da Penha, 520 | 3^o andar
Ed. Quintão – Praia do Canto
29055-131 – Vitória – ES

T: +55 (27) 3314 5610
T: +55 (27) 98147-2000

www.bakertillybr.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santa Maria Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santa Maria Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Santa Maria Energética S.A., controlada direta da Companhia, encontra-se em fase pré-operacional, aguardando determinadas formalizações por parte do órgão regulador para início das operações. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional e não incluem nenhum ajuste referente à inviabilidade do projeto ou caso não sejam obtidas as licenças ambientais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 01 de março de 2019.


Wesley Cristian Marquês
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5


Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC 1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC 2ES000289/O-5